



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680109 - SP (2021/0218891-2)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : PAULO SERGIO DE ALMEIDA GODOY
ADVOGADO : PAULO SERGIO DE ALMEIDA GODOY - SP075225
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RAFAEL DE PAULO PIRES CARRARA
CORRÉU : MATHEUS MAGUIN PROCOPIO MACHADO
CORRÉU : ANA LAURA DE LIMA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RAFAEL DE PAULO PIRES CARRARA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1500153-02.2019.8.26.0613).

O paciente foi condenado às penas de 12 anos de reclusão e de 1800 dias-multa, em regime inicial fechado, pela prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta que seria caso de absolvição do paciente por insuficiência probatória, pois a condenação estaria baseada apenas em depoimentos de policiais.

Assevera que, em caso de caso de eventual de absolvição pelo crime de associação para o tráfico e condenação por tráfico de drogas, poderia ser reconhecida a incidência da minorante prevista no § 4º, do art. 33, da Lei n. 11.343/2006, pois o paciente seria primário, com bons antecedentes, não se dedicaria a atividades criminosas e nem integraria organização criminosa, além de ter emprego fixo com carteira registrada.

Caso procedente o pleito anterior, entende que poderia ser fixado o regime inicial de cumprimento da pena aberto e que a pena privativa de liberdade poderia ser substituída por duas restritivas de direitos, nos termos dos artigos 33 e 44 do Código Penal.

Requer, liminarmente e o mérito, a concessão da ordem para absolver o paciente do crime de associação para o tráfico e a desclassificação da conduta do artigo 33 da Lei n. 11.343/06 para o artigo 28 da mesma lei, ou a absolvição do crime previsto

no art. 35 da Lei de drogas e a aplicação da minorante do § 4º do art 33 da mesma lei.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente